

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**QUE ENTRE SI FAZEM DERSA -**  
**DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. E**  
**CONSÓRCIO SUPERVISOR CP**

Pelo presente Contrato, exarado no processo **DERSA nº 54.677/13**, regido pela Lei Federal nº 8666 de 21/6/93 e suas atualizações e Lei Estadual nº 6.544 de 22/11/89, de um lado, **DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.**, Sociedade de Economia Mista, prestadora de Serviço Público, nos termos do Decreto-lei nº 5, de 06/03/69, alterado pela Lei nº 95, de 29/12/72, sediada na Rua Iaiá, nº 126, Itaim Bibi, São Paulo – SP, C.N.P.J. nº. 62.464.904/0001-25 neste ato por seus representantes legais ao final assinados, a seguir denominada simplesmente **DERSA** e, de outro lado, **CONSÓRCIO SUPERVISOR CP**, com sede na Av. das Nações Unidas, nº 13.771, bloco I, 4º andar, Chácara Itaim, São Paulo – SP, C.N.P.J. nº **18.207.844/0001-73**, constituído pelas empresas: **CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.**, sediada na Rua Euclides da Cunha, nº 106, São Cristóvão, Rio de Janeiro – RJ, C.N.P.J. nº 33.146.648/0001-20 e filial na Rua Madre Emilie de Villeneuve, nº 434, Jd. Prudência, São Paulo – SP, C.N.P.J. nº 33.146.648/0003-91 e **PLANSERVI ENGENHARIA LTDA.**, com sede na Av. Prof. Ascendino Reis, nº 725, São Paulo – SP, C.N.P.J. nº 65.525.404/0001-44, tendo como empresa líder: **CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.**, por seu(s) representante(s) legal(is) ao final identificado(s), a seguir denominado simplesmente **CONSÓRCIO**, de acordo com o disposto nas Condições Gerais da **CONCORRÊNCIA Nº 020/12** e seus anexos que integram o presente Contrato, têm entre si justo e avençado o seguinte:

**CLÁUSULA I**

**OBJETO**

- 1.1. Prestação de serviços técnicos de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras de implantação dos contornos norte e sul de Caraguatatuba e São Sebastião – Empreendimento Nova Tamoios, a saber:

**Lote 3:** Contorno Sul – da estaca 207+15,00 a estaca 478+0,00;

- 1.2. Os serviços, objeto deste contrato, serão executados de acordo com os Anexos que fazem parte integrante deste contrato.

TGC

JURÍDICO  
(DERSA)

1.3. Integram o presente contrato tal como se aqui transcritos, ressalvada sempre a aplicação preferencial das disposições expressas neste instrumento:

- a) Edital da **CONCORRÊNCIA Nº 020/12**
- b) Proposta Comercial do **CONSÓRCIO** datada de 16/01/13
- c) Anexos
- d) Primeira Nota de Serviço

## **CLÁUSULA II**

### **VALOR**

- 2.1. Tem o presente contrato o valor de R\$ 10.357.812,70 (dez milhões, trezentos e cinquenta sete mil, oitocentos e doze reais e setenta centavos), data base **setembro/12**, cujo crédito pelo qual ocorrerá a despesa está prevista no Convênio entre o DER - Departamento de Estradas de Rodagem e a **DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A**.
- 2.2. O **CONSÓRCIO** fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) aqui estabelecidos, mediante acordo entre a **DERSA** e o **CONSÓRCIO**.

## **CLÁUSULA III**

### **PRAZO**

- 3.1. O prazo para prestação dos serviços será de **38 (trinta e oito) meses**, contados a partir da emissão da Primeira Nota de Serviço.
- 3.1.1. O **CONSÓRCIO** obriga-se a dar início aos serviços, em até 5 (cinco) dias após a emissão da Primeira Nota de Serviço.

TGC

JURÍDICO  
(DERSA)

CLÁUSULA IVPREÇOS E REAJUSTAMENTOS

- 4.1. Para todos os serviços objeto do contrato serão adotados os preços unitários e globais resultantes da proposta comercial do **CONSÓRCIO**, referidos ao mês de **setembro/2012**.
- 4.2. Os preços contratuais serão reajustados, anualmente, de acordo com o disposto no Decreto Estadual nº 27.133, de 26/06/87, utilizando-se os índices publicados no Diário Oficial do Estado pela Secretaria da Fazenda e Índice de Preços ao Consumidor IPC-FIPE, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = P_o \times C$$

Sendo:

R = valor do reajustamento procurado.

P<sub>o</sub> = valor dos serviços reajustáveis executados segundo os preços iniciais.

C = fator de reajustamento com três casas decimais sem arredondamento.

$$C = \frac{\ln - \ln_o}{\ln_o}$$

ln = índice de preços correspondente ao último dia do período de execução dos serviços objeto da medição.

ln<sub>o</sub> = índice de preços iniciais, referidos a **setembro/2012**.

- 4.2.1. Os índices a serem aplicados para os respectivos serviços, de acordo com a indicação na Planilha de Serviços e Preços, são os seguintes: Índice Geral de Edificações (IGE) e Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE.
- 4.2.2. Os reajustamentos obedecem às disposições contidas na Lei nº 9.069 de 29/06/95 e a Lei nº 10.192 de 14/02/01, Complementar ao Plano Real.

TGC



JURÍDICO  
(DERSA)

- 4.3. Nos preços unitários e globais propostos que constituirão a única e completa remuneração para os serviços objeto do contrato estão computados todos os custos e despesas do **CONSÓRCIO**, conforme discriminado no Critério de Preço e Medição, nada mais podendo o **CONSÓRCIO** pleitear a título de pagamento, reembolso ou remuneração em razão do contrato, de sua celebração e cumprimento.

## CLÁUSULA V

### MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

- 5.1. As medições serão procedidas independentemente da solicitação do **CONSÓRCIO** com a seguinte periodicidade:
- 5.1.1. A primeira será realizada no último dia do mês em que for emitida a Primeira Nota de Serviço.
- 5.1.2. As subseqüentes suceder-se-ão a cada período de um mês a partir da data de término da medição anterior, exceto a medição final que poderá abranger menor período, por se tratar do último da execução do objeto.
- 5.2. O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:
- 5.2.1. Tudo o que for realizado sob as condições contratuais será apontado, de acordo com os critérios de preço e medição, em impresso próprio da **DERSA** denominado Boletim de Medição, que deverá ser assinado pelo Fiscal da **DERSA** e Preposto habilitado pelo **CONSÓRCIO**. Deverá ser entregue no Departamento de Medições da **DERSA**, no máximo até o 3º (terceiro) dia útil do mês subseqüente ao do período da medição.
- 5.2.2. Processada a medição até o dia 22 do mês subseqüente ao período da medição, prorrogável até o primeiro dia útil seguinte, quando cair em final de semana ou feriado, o **CONSÓRCIO** será comunicado por escrito do valor apurado através do “ATESTADO DE MEDIÇÃO/REAJUSTE”.

- 5.2.2.1. O **CONSÓRCIO** somente poderá emitir fatura após a emissão pela **DERSA** do respectivo “ATESTADO DE MEDIÇÃO/REAJUSTE”.
- 5.2.2.2. A não divulgação do índice oficial, até o dia 20 do mês subsequente ao período da medição, importará na utilização, provisória, do último índice vigente, sendo a diferença contabilizada na próxima medição, nos termos do Decreto Estadual nº 27.133, de 26/06/87.
- 5.2.3. Se houver atraso na medição/reajustamento por responsabilidade do **CONSÓRCIO**, ao dia do pagamento serão acrescidos tantos dias quantos forem os dias de atraso.
- 5.2.4. Para a medição/reajustamento referente ao último período, cujos valores são vinculados à conclusão do levantamento final, serão considerados dias de atraso de responsabilidade do **CONSÓRCIO**, os dias que excederem ao prazo de 3 (três) dias úteis para medição/reajuste, contados a partir da data da solicitação pela **DERSA**, para o respectivo “DE ACORDO” nos quantitativos da Medição Final.
- 5.3. Para obtenção do valor de cada medição será assim procedido:
- 5.3.1. Para os serviços executados no período, multiplicam-se as quantidades medidas pelos respectivos preços unitários e globais.
- 5.3.2. Corresponderá ao valor da respectiva medição o somatório dos produtos finais obtidos conforme subitem 5.3.1.
- 5.4. Os valores das medições serão apurados conforme Critério de Preço e Medição que faz parte integrante deste Contrato.
- 5.5. O **CONSÓRCIO** emitirá, mensalmente, Notas Fiscais/fatura referentes à execução dos serviços objeto desta contratação, destacando o valor a ser retido a título de Seguridade Social, incidente sobre o valor da mão de obra utilizada, conforme disposto no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e posteriores alterações, e na Instrução Normativa Receita Federal do Brasil - RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009, e posteriores alterações.

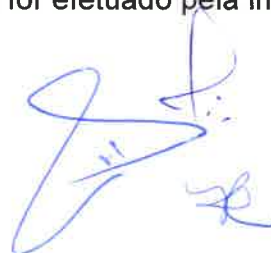
TGC

JURÍDICO  
(DERSA)



- 5.5.1. O **CONSÓRCIO** é a única responsável pela correta emissão de seus documentos de cobrança, em todos os seus aspectos, observada a legislação tributária vigente.
- 5.5.2. Os valores constantes das Notas Fiscais/fatura deverão corresponder aos serviços efetivamente medidos, conforme constante no “ATESTADO DE MEDIÇÃO/REAJUSTE”.
- 5.5.3. As faturas emitidas não poderão ser objeto de cobrança pela rede bancária.
- 5.5.4. O faturamento deverá ser efetuado, obrigatoriamente, por município onde os serviços estão sendo executados.
- 5.5.5. A emissão da nota fiscal/fatura correspondente à última medição somente estará autorizada após a devolução do “DE ACORDO” desta por parte do **CONSÓRCIO**, conforme item 5.2.4.
- 5.6. As Notas Fiscais/Fatura deverão ser apresentadas pelo **CONSÓRCIO** ao Departamento de Contabilidade Geral da **DERSA**, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de vencimento.
- 5.6.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as medições, mediante a apresentação dos originais da fatura, bem como dos comprovantes de recolhimento do FGTS, acompanhado da folha de pagamento, do INSS e do ISSQN.
- 5.6.2. A não apresentação das comprovações do item anterior assegura à **DERSA** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes, até que se regularize a documentação, não havendo incidência de encargos.
- 5.6.3. As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução dos serviços, à mão de obra alocada para esse fim e por tomador de serviço:
- 5.6.3.1. Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo “Conectividade Social”;
- 5.6.3.2. Guia de Recolhimento do FGTS – GRF, gerada e impressa pelo mecânica ou comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;

TGC

JURÍDICO  
(DERSA)

- 5.6.3.3. Relação de Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE;
- 5.6.3.4. Relação de Tomadores/Obras - RET.
- 5.6.4. Deverá ser apresentada mensalmente cópia da folha de pagamento específica para os serviços realizados sob o contrato, identificando o número do contrato, a Unidade que o administra, relacionando respectivamente todos os segurados colocados à disposição desta e informando:
  - 5.6.4.1. Nome dos segurados;
  - 5.6.4.2. Cargo ou função;
  - 5.6.4.3. Remuneração, discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não a incidências das contribuições previdenciárias;
  - 5.6.4.4. Descontos legais;
  - 5.6.4.5. Quantidade de quotas e valor pago a título de salário-família;
  - 5.6.4.6. Totalização por rubrica e geral;
  - 5.6.4.7. Resumo geral consolidado da folha de pagamento.
- 5.6.5. A comprovação do recolhimento do ISSQN deverá estar referida ao município que a prestação do serviço estiver envolvida, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116, de 31/07/03.
  - 5.6.5.1. Quando da apresentação da nota fiscal/fatura não tenha decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias referentes ao mês imediatamente anterior, devendo o **CONSÓRCIO** apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento. Por ocasião da medição final, o pagamento só será efetuado mediante apresentação da Guia ISSQN do mês corrente a emissão da fatura.

JURÍDICO  
(DERSA)

- 5.6.5.2. Caso os municípios onde estiverem sendo executados os serviços tenham recepcionado em suas legislações o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31/07/03, a **DERSA** reterá os percentuais devidos nos respectivos municípios quando da emissão das notas fiscais pelo **CONSÓRCIO**.
- 5.6.6. A **DERSA** poderá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal/fatura; obrigando-se a recolher em nome do **CONSÓRCIO** a importância retida até o dia vinte do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia.
- 5.7. Os pagamentos referentes às medições serão efetuados no 30º (trigésimo) dia subsequente ao término do período abrangido pelas respectivas medições, por meio de crédito em conta corrente do **CONSÓRCIO** junto ao Banco do Brasil S/A, nos termos do Decreto Estadual nº 55.357, de 18/01/10.
- 5.7.1. A entrega das Notas Fiscais/Faturas em atraso, conforme prazo estabelecido no item 5.6, importará na prorrogação automática para pagamento, na mesma quantidade de dias úteis.
- 5.7.2. O **CONSÓRCIO** deverá informar o Departamento de Contabilidade Geral da **DERSA** a agência e o número da conta corrente a ser utilizada para fins de pagamento das faturas.
- 5.7.3. O pagamento referente à medição final será efetuado em 10 dias, a contar da data constante no protocolo do respectivo "DE ACORDO", feito pelo **CONSÓRCIO**.
- 5.8. Havendo atraso de pagamento motivado pela **DERSA**, esta responderá pelo pagamento da devida correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, e alterações posteriores, cujo índice para apuração será o IPC-FGV, ou o qual o suceder, bem como juros moratórios à razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculado *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado, apurado sobre o valor da obrigação principal.

JURÍDICO  
(DERSA)



- 5.8.1. A correção monetária será calculada no dia do pagamento da obrigação principal, com base na variação acumulada do IPC-FGV, sendo que para os meses em que os índices não tenham sido divulgados, será utilizado o último índice publicado.
- 5.9. O **CONSÓRCIO** é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da **DERSA**, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados do **CONSÓRCIO**, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis SUBCONTRATADAS ou quaisquer terceiros interessados.
- 5.9.1. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 5.9.2. A inadimplência do **CONSÓRCIO** com referência aos encargos referidos no item 5.9., não transfere à **DERSA** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 5.9.3. Na hipótese da **DERSA** vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas, mencionadas no item 5.9. e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas.
- 5.9.4. Para o subitem anterior, na eventualidade do contrato ter sido encerrado, e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela **DERSA**, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a **DERSA** utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra o **CONSÓRCIO**, expressando esta, desde já, sua concordância com as duas hipóteses previstas, neste subitem e no anterior.

TGC

  
  
  
JURÍDICO  
(DERSA)

**CLÁUSULA VI****RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES**

- 6.1. O **CONSÓRCIO** declara ter pleno conhecimento das condições, pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual dos encargos assumidos.
- 6.2. O **CONSÓRCIO** reconhece expressamente sua total e exclusiva responsabilidade por danos ou prejuízos causados por seu pessoal que, em qualquer hipótese, venham sofrer a **DERSA**, terceiros, coisas e/ou propriedade de terceiros, em decorrência dos serviços ora contratados.
- 6.2.1. Não exclui ou reduz esta responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento por representantes da **DERSA**.
- 6.2.2. Todos os ressarcimentos e indenizações correrão por conta exclusiva do **CONSÓRCIO**, a quem caberá também, manter sempre cobertos por seguros regulares os riscos de acidentes de trabalho dos seus funcionários, como também, dos equipamentos utilizados.
- 6.3. A **DERSA** poderá solicitar a substituição de pessoal por motivo de imperícia, ineficiência, incapacidade ou indisciplina, devendo o efetivo ser reposto imediatamente sem prejuízo aos serviços.
- 6.3.1. Qualquer funcionário dispensado por solicitação da Fiscalização da **DERSA** não poderá ser Reapresentado, por qualquer circunstância ou motivo, durante a execução dos serviços objeto do presente Contrato.
- 6.3.2. O **CONSÓRCIO** deverá permitir à **DERSA**, fiscalização dos registros de frequência do pessoal, controlado pelo PREPOSTO do **CONSÓRCIO**.
- 6.4. O **CONSÓRCIO** obriga-se a não prestar informações de qualquer ordem a terceiros, técnicas ou não, sobre a natureza ou andamento da execução dos serviços ou divulgá-los por qualquer outra forma, sem prévia e expressa autorização da **DERSA**.

TGC

JURIDICO  
(DERSA)

- 6.4.1. Se o **CONSÓRCIO** desejar, para fins promocionais ou publicitários, divulgar os serviços a seu cargo, somente poderá fazê-lo mediante apresentação prévia das mensagens e sua aprovação pela **DERSA**.
- 6.5. O **CONSÓRCIO** deverá indicar preposto idôneo, provendo-o dos meios necessários ao bom desempenho de sua função, inclusive veículo, se for o caso.
- 6.5.1. O preposto a que se refere o item acima, deverá ser graduado em **Engenharia Civil**, legalmente habilitado, e previamente aprovado pela **DERSA**, devendo este permanecer em caráter de dedicação exclusiva aos serviços contratados.
- 6.5.1.1. Os custos de remuneração do preposto e de seu veículo se for o caso, deverão ser incorporados à taxa de **BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS/BDI**.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da **DERSA** designado para esse fim. Esta supervisão visa verificar a obediência às Especificações, Normas Técnicas, Notas de Serviço, produtividade, programação e outras que forem emitidas ou aprovadas pela **DERSA**, devendo o **CONSÓRCIO** refazer, às suas expensas, quaisquer serviços executados em desacordo ao mencionado acima.
- 6.6.1. O representante da **DERSA** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem a sua competência funcional deverão ser encaminhadas ao Diretor da área, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 6.6.2. O **CONSÓRCIO** somente poderá dar início aos serviços, objeto do presente contrato, após a emissão pela **DERSA**, da respectiva “Nota (s) de Serviço”.
- 6.7. Na execução dos serviços, a **CONSÓRCIO** estará obrigada a:
- 6.7.1. obedecer e fazer observar as leis, regulamentos, posturas e determinações das autoridades federais, estaduais e municipais, cabendo ao **CONSÓRCIO** integral responsabilidade pelas conseqüências das eventuais transgressões que, por si ou seus prepostos, cometer;

- 6.7.2. observar as práticas de boa execução empregando somente recursos da melhor qualidade;
- 6.7.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, objeto do contrato, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou de serviços executados em desobediência aos padrões ou Normas Técnicas vigentes ou não aceitos pela **DERSA**;
- 6.7.4. fornecer mão de obra técnica, especializada ou não, e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos serviços que a ela forem solicitados, devendo disponibilizar os recursos no local de trabalho designado pela **DERSA**;
- 6.7.5. apresentar às suas expensas, todo o pessoal do serviço no local do trabalho, devidamente identificado e uniformizado, portando os dispositivos de segurança, previstos nas Normas de Segurança do Trabalho;
- 6.7.6. fornecer todo o material necessário para os serviços técnicos/administrativos.
- 6.8. Na realização dos serviços o **CONSÓRCIO** deverá respeitar as exigências constantes nas especificações técnicas, instruções, projetos, normas editadas pela ABNT, se citadas explicitamente ou não, e os padrões referenciais **DERSA**.
- 6.8.1. Na falta de normatização, os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços serão definidos pela FISCALIZAÇÃO.
- 6.9. O **CONSÓRCIO** sugerirá à **DERSA**, em tempo hábil, todas as providências que sejam necessárias à adequação do objeto contratual aos aspectos imprevistos ou supervenientes, constatados durante a execução dos serviços de modo que quaisquer problemas, falhas ou omissões decorrentes dos aspectos acima mencionados possam ser superados pela **DERSA**, sem o comprometimento da execução do objeto do contrato.



- 6.10. As providências e despesas relativas ao pagamento de qualquer tributo que incida ou venha a incidir sobre o contrato serão de exclusiva responsabilidade do **CONSÓRCIO**.
- 6.11. Nenhum recurso poderá ser retirado ou transferido dos serviços por iniciativa do **CONSÓRCIO**, sem prévia autorização da Fiscalização da **DERSA**.
- 6.12. Cada fase de trabalho somente será concluída após a sua liberação pela Fiscalização da **DERSA**.
- 6.13. Os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, instruções ou orientação da Fiscalização deverão ser refeitos pelo **CONSÓRCIO**, que arcará com todos os custos decorrentes.
- 6.14. Os veículos alocados para a execução dos serviços não poderão ter seu ano de fabricação anterior a 3 (três) anos, a contar do ano em curso.
- 6.15. Os serviços de controle tecnológico e ensaios de materiais deverão ser coordenados por Eng. Civil legalmente habilitado.
- 6.16. O **CONSÓRCIO** deverá implantar e manter, próximo ao local das obras e em local previamente aprovado pela fiscalização o Canteiro de Serviços.
- 6.16.1. O **CONSÓRCIO** deverá apresentar, para aprovação da fiscalização da DERSA, num prazo de 5 (cinco) dias após a emissão da Primeira Nota de Serviço, o Layout de implantação do Canteiro de Serviços.
- 6.16.2. O Canteiro de Serviços estará sujeito à inspeção periódica, a critério da fiscalização para verificação do estado de sanificação das instalações, devendo atender às recomendações da fiscalização, sanando todas as deficiências em tempo hábil.
- 6.16.3. O **CONSÓRCIO** deverá providenciar licenciamento e outros requisitos para instalação do Canteiro de Serviços, ficando as taxas, emolumentos e outras despesas necessárias às suas expensas.
- 6.17. O **CONSÓRCIO** deverá identificar os equipamentos e veículos utilizados pelo **CONSÓRCIO** na execução dos serviços, devendo estar identificados de acordo com o **Anexo VIII** - "IDENTIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS", que faz parte integrante deste contrato.



- 6.18. Ainda que os serviços estejam concluídos e que todos os relatórios, boletins e demais documentos objetos deste contrato já tenham sido entregues à **DERSA**, e mesmo que esteja encerrado o prazo contratual, o **CONSÓRCIO** ficará responsável por quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessário a critério da DERSA.
- 6.19. O **CONSÓRCIO** tem pleno conhecimento do inteiro teor do Código de Conduta Ética e Governança Corporativa da **DERSA**, cujos preceitos são de observância obrigatória em todos os atos praticados pelo **CONSÓRCIO** e cujo inteiro teor também encontra-se disponível no sítio da **DERSA**: [www.dersa.sp.gov.br/empresa/codigodecondutaeticadersa.pdf](http://www.dersa.sp.gov.br/empresa/codigodecondutaeticadersa.pdf).

## CLÁUSULA VII

### SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será permitida a subcontratação.

## CLÁUSULA VIII

### ALTERAÇÕES, RESCISÃO, PENALIDADES E MULTAS

- 8.1. As alterações, rescisões, penalidades e multas obedecerão ao disposto na Lei nº 8.666/93, na Lei Estadual nº 6.544/89 e na Resolução ST-040/94.
- 8.2. No caso de inexecução parcial ou total deste contrato pelo **CONSÓRCIO**, a **DERSA**, e ressalvados os casos previstos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, poderá, a qualquer momento, exercer o seu direito de rescindir este contrato e aplicar, cumulativa ou isoladamente, as seguintes penas:
- 8.2.1. Advertência e respectiva anotação em Cadastro;
- 8.2.2. Multa de 30% (trinta) por cento sobre o valor total atualizado do serviço ou obra não entregue ou da obrigação não cumprida ou, a critério da **DERSA**, o pagamento de valor correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

TGC

JURÍDICO  
(DERSA)

- 8.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o **CONSÓRCIO** à multa de 0,1 % (um décimo por cento) do valor atualizado da obrigação total por dia que exceda o cumprimento de qualquer data estabelecida neste contrato e/ou em Cronograma Físico/Financeiro estabelecido, limitado ao valor total do contrato atualizado.
- 8.3.1. A aplicação de multa prevista na cláusula 8.3. não impede que a **DERSA** rescinda unilateralmente o presente contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 8.4. Qualquer penalidade prevista será aplicada observando-se o contraditório e a ampla defesa.
- 8.5. Aplicada(s) a(s) multa(s) e, havendo exaurimento da garantia prestada, a **DERSA** passará a descontar o valor residual do próximo pagamento que vier realizar o **CONSÓRCIO**.
- 8.5.1. No caso de não existirem pagamentos previstos, o **CONSÓRCIO** deverá efetuar a quitação da multa em até 72 (setenta e duas) horas, contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo.
- 8.6. O não pagamento da multa no prazo estipulado importará, ainda, na atualização do valor a ser pago com base na variação do IPC-FIPE (índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), calculado *pro rata tempore* desde a data do vencimento até a do efetivo pagamento.
- 8.7. O pagamento das multas estabelecidas nesta cláusula ou seu desconto como aqui especificado não exime o **CONSÓRCIO** do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas neste instrumento e nem da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos, diretos ou indiretos que vierem a ser causados.

### CLÁUSULA IX

#### ENCERRAMENTO DO CONTRATO

- 9.1. Executados os serviços, o contrato será encerrado lavrando-se o respectivo Termo de Encerramento de Contrato, logo após o processamento pela **DERSA** da Medição Final.

TGC

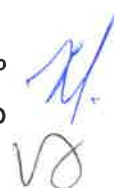
JURÍDICO  
(DERSA)

- 9.2. O Termo de Encerramento de Contrato deverá ser assinado pelo **CONSÓRCIO** e pelo Diretor da **DERSA** responsável pela área de execução dos serviços.

### **CLÁUSULA X**

#### **GARANTIA**

- 10.1. Para garantia do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais, o **CONSÓRCIO** obriga-se a prestar garantia de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, no prazo que vier a ser fixado pela **DERSA**.
- 10.2. A garantia referida no item 10.1. acima será reforçada na razão de 5 % (cinco por cento) do montante de qualquer aumento do valor contratual.
- 10.3. A garantia e seus reforços referidos nesta Cláusula, poderão ser efetuados mediante caução em dinheiro, ou fiança bancária ou Títulos da Dívida Pública ou seguro garantia.
- 10.4. A garantia e seus reforços (itens 10.1. e 10.2.) responderão por todas as multas e encargos impostos ao **CONSÓRCIO**. Se o total da garantia existente for insuficiente, o **CONSÓRCIO** deverá completar o valor das multas e repor a garantia.
- 10.5. A garantia será liberada para devolução, quando da conclusão do processamento da Medição Final.
- 10.5.1. Para as garantias prestadas em dinheiro, proceder-se-á a correção monetária, anualmente, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, desde a data do recolhimento, até a data comunicada pela **DERSA**, colocando à disposição do **CONSÓRCIO** a sua devolução.
- 10.5.2. A correção monetária obedece às disposições contidas na Lei nº 9.069 de 29 de junho de 1995, e a Lei nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001, complementar ao Plano Real.

JURÍDICO  
(DERSA)

**CLÁUSULA XI****COMUNICAÇÃO**

- 11.1. As comunicações recíprocas relativas a este contrato somente serão consideradas como efetuadas, se entregues através de correspondência mencionando o número deste contrato e o assunto específico da correspondência, devendo ser protocoladas e endereçadas conforme o destinatário, como segue:

**À DERSA****DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.**

Rua Iaia, nº 126, Itaim Bibi, São Paulo – SP

Ref: Contrato nº 4411/13

**AO CONSÓRCIO****CONSÓRCIO SUPERVISOR CP**

Av. das Nações Unidas, nº 13.771, bloco I, 4º andar, Chácara Itaim

São Paulo – SP, CEP: 04794-000

Ref: Contrato nº 4411/13

- 11.2 A entrega de qualquer carta ou documento de transmissão far-se-á por portador, com protocolo de recebimento e o nome do remetente conforme acima descrito.
- 11.3. As comunicações relativas exclusivamente as atividades de execução dos serviços deverá ser encaminhada formalmente através do fiscal indicado pela DERSA.

**CLÁUSULA XII****FORO**

- 12.1 Todas as questões suscitadas pelo presente contrato, não resolvidas por via administrativa, serão dirimidas no Foro desta Capital, eleito pelas partes com preferência sobre outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

TGC

JURÍDICO  
(DERSA)

E por estarem justos e acordados firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 13 de junho de 2013.

Pela **DERSA**:

  
\_\_\_\_\_  
**LAURENCE CASAGRANDE LOURENÇO**  
Diretor Presidente  
\_\_\_\_\_  
**PEDRO DA SILVA**  
Diretor de Engenharia

Pelo **CONSÓRCIO**:

  
\_\_\_\_\_  
**CARLOS HENRIQUE COSTA JARDIM**  
Diretor da Concremat Engenharia e Tecnologia S.A.  
\_\_\_\_\_  
**ROBERTA MARIA COSTA**  
Diretora da Concremat Engenharia e Tecnologia S.A.  
\_\_\_\_\_  
**VALTER BOULOS**  
Diretor da Planservi Engenharia Ltda.  
\_\_\_\_\_  
**EDISON DOS SANTOS**  
Diretor da Planservi Engenharia Ltda.

TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_  
**MARIA ANGELA RAMIREZ**  
\_\_\_\_\_  
**TATIANA GOMES COELHO**




**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO ESTADO DE SÃO PAULO****ÓRGÃO:** SECRETARIA ESTADUAL DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**CONTRATANTE:** DERSA – DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A**CONTRATADO:** CONSÓRCIO SUPERVISOR CP**OBJETO:** Prestação de serviços técnicos de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras de implantação dos contornos norte e sul de Caraguatatuba e São Sebastião – Empreendimento Nova Tamoios, a saber: **Lote 3**.**CONTRATO Nº 4411/13**

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por **CIENTES** e **NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

São Paulo, 13 de junho de 2013.

Pela **DERSA**:  
\_\_\_\_\_  
**LAURENCE CASAGRANDE LOURENÇO**  
Diretor Presidente  
\_\_\_\_\_  
**PEDRO DA SILVA**  
Diretor de EngenhariaPelo **CONSÓRCIO**:  
\_\_\_\_\_  
**CARLOS HENRIQUE COSTA JARDIM**  
Diretor da Concremat Engenharia e Tecnologia S.A.  
\_\_\_\_\_  
**VALTER BOULOS**  
Diretor da Planservi Engenharia Ltda.  
\_\_\_\_\_  
**ROBERTA MARIA COSTA**  
Diretora da Concremat Engenharia e Tecnologia S.A.  
\_\_\_\_\_  
**EDISON DOS SANTOS**  
Diretor da Planservi Engenharia Ltda.



Governo do Estado de São Paulo

## MANIFESTAÇÃO PRÉVIA PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS

Nos termos do Decreto nº 41.165 de 20/09/96, comunicamos a manifestação favorável nº 2013/107, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional e da Secretaria da Fazenda, referente à autorização prévia para realização de despesas enviada pelo(a) :

Secretaria : SEC. LOGÍSTICA E TRANSPORTES  
U.G.O : DERSA-DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A.  
U.G.E. : DERSA-DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A.  
Código da M.P. : 1600016091-2013/00007  
Objeto : Serviços técnicos de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras de implantação dos Contornos Norte e Sul de Caraguatatuba e São Sebastião - empreendimento "Nova Tamoios - Contornos".  
Até o limite de :

- Exercício Vigente ( R\$ )	R\$ 8.710.000,00
- Exercícios Futuros ( R\$ )	R\$ 31.090.535,90
- Total ( R\$ )	R\$ 39.800.535,90

Esta manifestação se prende unicamente aos aspectos orçamentários e financeiros conforme estabelecido no referido Decreto e desde que cumpridas as demais normas legais pertinentes.

São Paulo, 10 de Maio de 2013.

JULIO SEMEGHINI  
Secretário de Planejamento e  
Desenvolvimento Regional

ANDREA CALABI  
Secretário da Fazenda



## Manifestação Prévia para Realização de Despesas

### SEÇÃO0010 - Solicitante

#### 1. Identificação

Secretaria : SEC. LOGÍSTICA E TRANSPORTES  
 Nome da U.G.O. : DERSA-DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A. - 1600016091  
 Nome da U.G.E. : DERSA-DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A.  
 Código da U.G.E. : 1600016091000000  
 Código da Manifestação : 1600016091-2013/00007

### SEÇÃO0020 - Solicitante

#### 2. Manifestação Pretendida

2.1. Natureza : Serviços  
 Tipo : Contrato  
 Situação : Nova Contratação  
 Modalidade da Contratação : Concorrência

#### 2.2. Objeto da Manifestação

##### Descrição

Serviços técnicos de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras de implantação dos Contornos Norte e Sul de Caraguatatuba e São Sebastião - empreendimento "Nova Tamoios - Contornos".

Objeto Resumido ( texto com no máximo 40 caracteres )

Fiscalização - Tamoios - Contornos

#### 2.3. Justificativa Técnica e Benefícios Esperados

A contratação proposta tem por finalidade, viabilizar a mobilização de mão-de-obra e equipamentos necessários à fiscalização e supervisão das obras de implantação dos contornos norte e sul de Caraguatatuba e São Sebastião – Empreendimento Nova Tamoios Contornos, para atuação no desenvolvimento das atividades de acompanhamentos, fiscalização, supervisão e controle de qualidade, bem como, levantamentos topográficos, elaboração de medições dos quantitativos físicos e relatórios técnicos abrangendo todas as etapas construtivas.

2.4. Valor Global Estimado (R\$) : 39.800.535,90

2.5. Prazo Previsto : 38 meses

Data de Início : 25/04/2013 Data Final : 24/06/2016

#### 2.6. Cronograma de Desembolso Previsto (R\$)

Exercício Vigente	Exercício Seguinte	Demais Exercícios
8.710.000,00	20.350.000,00	10.740.535,90

#### 2.7. Indicação de Fontes e Reserva de Recursos

Nota de Crédito (NC) / Siafem :  
 Fonte(s) de Recursos : Outros  
 Programa de Trabalho : Não tem

#### 2.8. Composição do Valor Total / Preços Unitários / Critérios Utilizados

Item	Descrição (Previsto 35 Itens)	Unid	Quantidade	Período	Valor Unitário	Valor Total
01	Fiscalização	un	1,00	1,00	39.800.535,90	39.800.535,90
Total						39.800.535,90

Consultou o SIAFÍSICO : Não

Justificativa

## 2.9. Observações Gerais

1 - Item orçamentário: Custeio - Nova Tamoios - Contornos

2 - Data base: junho/2012.

3 - A presente contratação foi aprovada em reunião de diretoria através da Proposta de Resolução de Diretoria nº 118/2012 - EG/DIOBA de 01/11/12 de acordo com o decreto nº 58.841 de 11/01/2013 - Processo nº 53.636/12;


4 - Esta solicitação encontra-se de acordo com a Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações;

5 - Anexo Parecer Jurídico emitido pela Divisão de Consultoria da Dersa, do qual extraímos a conclusão final:

*"Diante do exposto, à referida Proposta de Resolução de Diretoria EG/DIOBA - 118/2012 não se vê óbices jurídicos à deflagração do início do certame licitatório."*

 - parecer jurídico

6 - Anexo cronograma de desembolso

 Anexo  
- CRONOGRAMA

7 - Anexo justificativa quanto ao tipo de contratação.

 - JUSTIFICATIVA

8 - A obra foi dividida em 4 lotes:


**Lote 1:** Contorno Norte - da estaca 1.046+0,00 a estaca 735+0,00;

**Lote 2:** Contorno Sul - da estaca 735+0,00 a estaca 02+13,307 = estaca 00+0,00, da estaca 00+0,00 a estaca 207+15,00;

**Lote 3:** Contorno Sul - da estaca 207+15,00 a estaca 478+0,00;

**Lote 4:** Contorno Sul - da estaca 478+0,00 a estaca 804+10,864

9 - Convenio

 - CONVÊNIO - TAMOIOS CONTORNOS

10 - Os lotes I e II tem prazo de 22 meses para conclusão e os lotes III e IV tem prazo de 38 meses para conclusão em função de sua complexidade.

## 2.10. Informações para CQGP

Esta contratação envolve gastos com TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação? (computadores, servidores, impressoras e demais equipamentos, programas, links de comunicação, desenvolvimento/manutenção de sistemas, etc...)

Não

## 3. Responsáveis

## 3.1A. Responsável pela Solicitação

Data : 16/04/2013 11:00:08  
Nome : Dayse Ferreira da Rocha  
Cargo : Chefe de Departamento  
Telefone : 0xx11-37028304

## SEÇÃO025 - Responsável Imediato

## 3.2. Responsável Imediato

Manifestação : Enviar para o Responsável do Órgão  
Data : 16/04/2013 11:00:34  
Nome : CN=Dayse Ferreira da Rocha/O=DERSA/C=BR

## SEÇÃO030 - Responsável do Órgão

## 3.3. Responsável do Órgão

Manifestação : Enviar para a Secretaria Tutelar

Encaminhamento para manifestação do Secretário da Pasta

Nos termos do inciso I do artigo 2º do Decreto nº 41.165 de 20/09/96, submetemos o assunto à apreciação do Exmo. Sr. Secretário.

Data : 16/04/2013 11:06:12

Nome : CN=Benjamim Venancio de Melo Junior/O=DERSA/C=BR

## 4. SEÇÃO0040 - Gabinete do Secretário da Secretaria Tutelar

## 4. Secretaria Tutelar

## 4.1. Gabinete do Secretário

Manifestação : Enviar para a Secretaria de Planejamento

À vista dos elementos e justificativas apresentadas encaminhe-se às Secretarias de Economia e Planejamento e da Fazenda, para manifestarem-se sobre os aspectos orçamentários e financeiros respectivamente, na conformidade do disposto do Decreto 41.165 de 20/09/96.

Data : 22/04/2013 16:13:30

Nome : CN=Ivan Francisco Pereira Agostinho/O=EXECUTIVO/C=BR

## 4. SEÇÃO0045 - Análise Técnica da Secretaria Tutelar

## 4.2. Assessoria Técnica

Manifestação do Assessor/Área Interna/GSP : Enviar para a Secretaria Tutelar

Resultado da Análise Técnica

Atendidas as exigências do Decreto 41.165/96, submetemos à apreciação de V.Excia. a solicitação da DERSA para, obedecidas as formalidades legais, efetuar contratação de serviços de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras de implantação dos Contornos Norte e Sul de Caraguatatuba e São Sebastião - empreendimento "Nova Tamoios - Contornos". O valor global estimado é de R\$ 39.800.535,90, sendo R\$ 8.710.000,00 para o corrente exercício, R\$ 20.350.000,00 em 2014 e R\$ 10.740.535,90 para os demais exercícios, com Recursos de Outras Fontes. A Empresa informa estar obedecendo as normas estabelecidas pelo Decreto 58.841/2013.

Data : 19/04/2013 15:15:36

Nome : CN=Livia Maria Rondinelli Muradi/O=TRANSPORTES/C=BR

## 4. SEÇÃO0050 - Assessoria Técnica da Coordenadoria da SEP

## 5. Secretaria de Economia e Planejamento

## 5.1. Resultado da Análise Técnica da CO

Trata-se de pedido da Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S/A visando à aprovação para contratação de serviços técnicos de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras de implantação dos Contornos Norte e Sul de Caraguatatuba e São Sebastião - empreendimento "Nova Tamoios - Contornos".

Principais características do pleito:

- **Item orçamentário:** Custeio - Convênio Nova Tamoios - Contornos;
- **Valor Global:** R\$ 39.800.535,90 (a preços de Jun/2012 - conforme cronograma de desembolso anexado no campo 2.9 - Observações Gerais):
  - 2013: R\$ 8.710.000,00;
  - 2014: R\$ 20.350.000,00;
  - Demais Exercícios: R\$ 10.740.535,90;
- **Fonte de Cobertura:** Outras Fontes - Convênio;
- **Prazo:** 38 meses (início: 25/04/13 e término: 24/06/16).

Cabe mencionar que foi assinado convênio entre o DER e a Dersa em 02/10/2012, no valor estimado de R\$ 1.995.000.000,00, com prazo de vigência de 46 meses, com o objetivo de viabilizar a execução de



obras e serviços de implantação previstos no empreendimento "Nova Tamoios – Contornos" nas cidades de Caraguatatuba e São Sebastião.

Quanto ao aspecto orçamentário, o contrato será equacionado por recursos de Outras Fontes – Convênio Nova Tamoios – Contornos que, de acordo com a previsão orçamentária da empresa, são suficientes para cobrir as referidas despesas no exercício de 2013.

No que diz respeito aos pagamentos do compromisso nos próximos exercícios, deverão ser incorporados nas propostas orçamentárias subsequentes, em conformidade com a entrada de recursos provenientes de Outras Fontes.

Dessa forma, sugere-se posicionamento favorável ao pretendido, estritamente sob a ótica orçamentária. Ressalta-se ainda, que a presente manifestação não dispensa a Cia. do cumprimento das demais normas legais atinentes à espécie.

À consideração superior.

Conclusão : Favorável

Com base na Análise Técnica, sugiro a concessão da Autorização para Realização de Despesas, única e exclusivamente do ponto de vista orçamentário, à contratação em tela até o valor limite de:

Exercício Vigente	Exercícios Futuros	Total
8.710.000,00	31.090.535,90	39.800.535,90

Data : 25/04/2013 15:42:41

Nome : CN=Grace Maria Monteiro da Silva/O=SEPLAN/C=BR

#### SEÇÃO0060 - Coordenadoria da Secretaria de Economia e Planejamento

##### 5.2. Manifestação da Coordenadoria da CO

Manifestação : Favorável

Com base na Análise Técnica, a qual aprovo, sugiro posicionamento favorável à contratação em tela, nos termos do Decreto nº 41.165/96, até o valor limite de:

Exercício Vigente	Exercícios Futuros	Total
8.710.000,00	31.090.535,90	39.800.535,90

Data : 30/04/2013 16:22:29

Nome : CN=Yukimi Nagata/O=SEPLAN/C=BR

#### SEÇÃO0070 - Gabinete do Secretário do Planejamento

##### 5.3. Manifestação do Secretário da SEP

Manifestação : Favorável

Em conformidade com parecer da Coordenadoria, manifesto-me favoravelmente à solicitação em tela, nos termos do Decreto nº 41.165 de 20/09/96.

Encaminhe-se à Secretaria da Fazenda.

Data : 30/04/2013 16:39:30

Nome : CN=Joaldir Reynaldo Machado/O=EXECUTIVO/C=BR

#### SEÇÃO0075 - Assessoria Técnica da Coordenadoria da SF

##### 6. Secretaria da Fazenda

##### 6.1. Resultado da Análise Técnica da CEDC

Trata-se de solicitação de contratação da **DERSA** - Desenvolvimento Rodoviário S/A, na modalidade "Concorrência" (justificativa anexado ao item 2.9 - 7), para contratação de serviços técnicos de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras de implantação dos contornos norte e sul de Caraguatatuba e São Sebastião do empreendimento "Nova Tamoios – Contornos", conforme segue:

**Valor a Contratar:** R\$ 39.800.535,90 (base jun/12)

**2013:** R\$ 8.710.000,00**Demais Exercícios:** R\$ 31.090.535,90**Vigência:** 38 meses (25/04/13 a 24/06/16)**Fonte de Recursos:** Outras Fontes - Convênio**Grupo de Despesa:** Custeio (Convênio Nova Tamoios - Contornos)

A presente solicitação foi aprovada em Reunião de Diretoria, através da PRD 118/2012-EG/DIOBA.

A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional manifestou-se favoravelmente, exclusivamente quanto ao aspecto orçamentário, observando que o contrato será equacionado por recursos de Outras Fontes - Convênio, suficientes para cobrir as referidas despesas no exercício de 2013. Quanto às despesas dos próximos exercícios, deverão ser incorporadas nas respectivas propostas orçamentárias, em conformidade com a entrada de recursos provenientes de Outras Fontes.

Menciona, ainda, que em out/12 foi assinado convênio entre DER e DERSA no valor estimado de R\$ 1.995.000 mil, com vigência de 46 meses, objetivando viabilizar a execução de obras e serviços do empreendimento "Nova Tamoios – Contornos".

No que compete à análise por esta CEDC e, tendo em vista a confirmação da área responsável pelo acompanhamento de repasse de recursos para empresas não dependentes, conforme Notes transcrito abaixo entendemos que **quanto ao aspecto exclusivamente financeiro**, nada obsta o acolhimento pela autoridade superior, ficando ressalvado que a realização de despesas fica condicionada a **efetiva disponibilidade orçamentária e financeira de recursos, de forma a não gerar contas atrasadas**.

Por importante, salientamos ainda, a necessidade da estrita observância do Decreto nº 58.841, de 11 de janeiro de 2013, bem como as demais normas legais atinentes à espécie.

#### Segue Notes:

A MP nº 1600016091-2013/00007 (DERSA), sobre "Serviços técnicos de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras de implantação dos Contornos Norte e Sul de Caraguatatuba e São Sebastião - empreendimento "Nova Tamoios - Contornos"", como a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional está de acordo e da nossa parte não há óbice algum, pode dar prosseguimento.

Atenciosamente,

Maria Lígia Medici  
Assistente Técnico  
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo  
CAF-DFE  
tel.: (11) 3243-2887/3243-4250/ 3243-2753

Conclusão : Favorável

Com base na Análise Técnica, sugiro a concessão da Autorização para Realização de Despesas, única e exclusivamente do ponto de vista financeiro, à contratação em tela até o valor limite de:

Exercício Vigente	Exercícios Futuros	Total
8.710.000,00	31.090.535,90	39.800.535,90

Data : 07/05/2013 11:41:40

Nome : CN=Irina Smalkoff Passos/OU=SEFAZ/O=WEBGOVSP/C=BR

#### SEÇÃO080 - Coordenadoria da Secretaria da Fazenda

##### 6.2. Manifestação da Coordenadoria da CEDC

Manifestação : Favorável

Em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao pedido, objeto dos autos, exclusivamente quanto ao aspecto financeiro, de que trata o Decreto nº 41.165 de 20/09/96, até o limite de:2

Exercício Vigente	Exercícios Futuros	Total
8.710.000,00	31.090.535,90	39.800.535,90

Data : 08/05/2013 16:38:42

Nome : CN=Maria de Fátima Alves Ferreira/O=EXECUTIVO/C=BR

## SEÇÃO0090 - Gabinete do Secretário da Fazenda

## 6.3. Manifestação do Secretário da Fazenda

Manifestação : Favorável

Nº da Manifestação Favorável : 2013/107

Diante do pronunciamento da Coordenadoria e da Secretaria de Economia e Planejamento, MANIFESTO-ME FAVORAVELMENTE, nos termos do Decreto n.º 41.165 de 20/09/96, desde que cumpridas as demais normas legais pertinentes.

Encaminhe-se à Origem.

Data : 10/05/2013 16:46:41

Nome : CN=Andrea Sandro Calabi/O=EXECUTIVO/C=BR

## TERMO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as empresas:

**CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.**, empresa brasileira, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 106, Bairro São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20940-060, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 33.146.648/0001-20, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, sob o NIRE 33.3.00066314 e com Filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Madre Emilie de Villeneuve, nº 434, Jardim Prudência, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.146.648/0003-91, neste ato devidamente representada nos termos do seu Estatuto Social pelos seus representantes legais ao final assinados e qualificados, doravante designada simplesmente **CONCREMAT**; e

**PLANSERVI ENGENHARIA LTDA.**, sociedade simples limitada, com sede estabelecida na Av. Prof. Ascendino Reis, nº 725, na cidade de São Paulo-SP, CEP 04027-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 65.525.404/0001-44, registrada sob nº 5427 no 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica, neste ato representada pelos senhores Edison dos Santos, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do CREA/SP nº 0600403213 e do RG 3.416.255-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 394.289.078-04, residente na Rua Doutor James Ferraz Alvim, 330 ap.21, Vila Suzana, CEP 05641-021 na cidade de São Paulo-SP e Valter Boulos, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens na vigência da Lei 6.515/77, conforme Escritura de Pacto Antenupcial, engenheiro civil, portador do CREA/SP nº 0600265224 e do RG 3.545.600-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 046.287.568-72, residente na Avenida Ministro Gabriel de Rezende Passos, 262 – 5º andar, Moema, CEP 04521-021 na cidade de São Paulo-SP, doravante designada **PLANSERVI**, estas em conjunto denominadas **CONSORCIADAS**,

têm, entre si, justa e acertada, a constituição de um **CONSÓRCIO**, conforme as condições e termos seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO DO CONSÓRCIO:

Constitui objetivo do presente **CONSÓRCIO** a execução associada, pelas **CONSORCIADAS**, dos serviços **Técnicos de Engenharia para Apoio à Fiscalização, Supervisão e Acompanhamento das Obras de Implantação dos Contornos Norte e Sul de Caraguatutuba e São Sebastião do Empreendimento Nova Tamoios, no Lote 03**, objeto da **Concorrência Nº 020/2012**, promovida pelo **DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. - DERSA**, doravante designada **DERSA**, vencida por estas empresas em consórcio, e que constitui objeto do contrato a ser firmado pelas **CONSORCIADAS** com a **DERSA**, doravante denominado **CONTRATO**.



## CLÁUSULA SEGUNDA - DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO E PERSONALIDADE JURÍDICA

O **CONSÓRCIO** é designado **CONSÓRCIO SUPERVISOR CP**, e não tem características de sociedade, nem civil, nem comercial, não se constituindo, portanto, em qualquer pessoa jurídica nova, distinta daquelas das empresas que o constituem, devendo ser entendido como uma comunhão de interesses e responsabilidades para a prestação dos serviços previstos na Concorrência nº 020/2012, promovida pela **DERSA** e no **CONTRATO** que venha a ser firmado para esse fim com a **DERSA**, conforme referido na CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETIVO, deste Termo.

## CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE DURAÇÃO DO CONSÓRCIO:

O **CONSÓRCIO** ora formado terá a duração necessária para a integral execução dos serviços que constituem objeto do **CONTRATO**, até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e a extinção de todas as obrigações dele decorrentes.

## CLÁUSULA QUARTA – PARTICIPAÇÕES DAS CONSORCIADAS:

A participação percentual de cada consorciada na mobilização dos recursos e na execução dos serviços objeto deste consórcio será de:

<b>CONCREMAT</b> .....	<b>= 50,1 %</b>
<b>PLANSERVI</b> .....	<b>= 49,9%</b>

Todas as despesas operacionais, administrativas, trabalhistas, previdenciárias e tributárias necessárias para a execução dos serviços que constituem objeto do presente consórcio serão arcadas pelas consorciadas na proporção ora estabelecida.

## CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA:

Cada empresa consorciada responderá solidariamente pelos atos praticados por qualquer das partes em **CONSÓRCIO**, tanto na fase de licitação como na fase de execução dos serviços inerentes ao **CONTRATO**, até a aceitação definitiva destes.

A solidariedade ora estabelecida é restrita às obrigações decorrentes dos serviços de engenharia, para o objeto do Edital da Concorrência nº 020/2012, promovido pela **DERSA**.

## CLÁUSULA SEXTA - FATURAMENTO, RECEITAS E DESPESAS:

Todos os serviços serão divididos entre as PARTES, conforme forem sendo requeridos para o desenvolvimento do contrato com o CLIENTE e de forma que cada PARTE atue em todos os tipos de serviço na proporção de sua participação na composição do **CONSÓRCIO**.





Para efeitos de faturamento e recebimento dos serviços prestados, cada PARTE emitirá, isoladamente, sua própria Nota Fiscal/Fatura de Serviços, contra o CLIENTE, obedecendo à mesma proporção definida na cláusula quarta do presente instrumento.

Cada PARTE procederá com o envio de suas respectivas Notas Fiscais/Faturas de Serviços à sede do CONSÓRCIO, a qual se encarregará de remeter ao CLIENTE o conjunto das Notas Fiscais/Faturas de Serviços de todas as PARTES, bem como os respectivos documentos anexos solicitados pelo CLIENTE.

As **CONSORCIADAS** acordam que é vedada a cessão ou transferência deste Termo, assim como do contrato firmado entre as **CONSORCIADAS** e a **DERSA**, a terceiros, a qualquer título, sem o consentimento prévio e expresso de todas as **CONSORCIADAS**.

As **CONSORCIADAS** não poderão transferir ou utilizar como garantia os direitos e créditos decorrentes deste Termo ou do contrato assinado com a **DERSA**, no todo ou em parte. Em especial é vedada a extração e a negociação de duplicatas emitidas pelas **CONSORCIADAS** em função do contrato assinado com a **DERSA**.

O **CONSÓRCIO** e as **CONSORCIADAS** manterão registros contábeis de suas operações em atendimento a Lei Federal no. 6.404/76 e à Instrução Normativa RFB nº. 1.199, de 14/10/2011, e suas alterações posteriores.

Cada consorciada deverá apropriar suas receitas, custos e despesas incorridos proporcionalmente a sua participação no empreendimento. A escrituração da operação objeto do consórcio, relativa a participação das consorciadas, deverá ser efetuada em suas respectivas contabilidades, em livros contábeis, fiscais e auxiliares próprios.

O Consórcio deverá também manter registro contábil das operações em Livro Diário Próprio, devidamente registrado. O registro contábil das operações no consórcio deverá corresponder ao somatório dos valores das parcelas das consorciadas, individualizado proporcionalmente a participação de cada consorciada no empreendimento.

As consorciadas entregarão mensalmente seus relatórios de custos à empresa líder que será responsável pelos registros contábeis do consórcio, e esta deverá fornecer no mês seguinte em forma de balancetes estes registros para as signatárias.

Cada consorciada receberá diretamente da **DERSA** os valores correspondentes ao percentual que lhe compete pela execução dos serviços medidos em conjunto.

Cada consorciada será individualmente responsável perante as demais pelo pagamento da remuneração de seu próprio pessoal e dos respectivos encargos trabalhistas, sociais e previdenciários incidentes, bem como pelos impostos, taxas e seguros referentes à sua participação, além dos custos de seus eventuais sub-contratados e fornecedores. O consórcio não contratará ou realizará despesas em nome próprio.

As despesas comuns serão rateadas entre as **CONSORCIADAS** na proporção de suas respectivas participações no **CONSÓRCIO**, previstas na CLÁUSULA QUARTA – PARTICIPAÇÕES DAS CONSORCIADAS.

Será promovido periodicamente pelas **CONSORCIADAS** um aperto de contas no qual serão apuradas todas as despesas operacionais, administrativas, e tributárias,



mediante apresentação dos correspondentes comprovantes de pagamentos, arcadas por cada empresa na execução dos serviços, bem como o valor a ser recebido por cada uma para a manutenção da proporcionalidade estabelecida na CLÁUSULA QUARTA acima.

O acerto de contas será promovido, mensalmente, entre as PARTES, determinando também a responsabilidade de cada consorciada quanto às despesas futuras para a execução dos serviços contratados.

Caso qualquer das **CONSORCIADAS** deixe de cumprir tempestivamente suas obrigações legais e/ou contratuais, independentemente de estarem ou não previstas nos acertos de contas, a outra consorciada poderá, facultativamente, a seu exclusivo critério, de forma alternativa ou cumulativa: (i) cumprir a obrigação inadimplida, podendo reter tais valores de eventuais quantias que detenha da consorciada inadimplente, ou ser ressarcida, no próximo acerto de contas, e correspondente pagamento, pelo valor despendido com o cumprimento da obrigação da consorciada inadimplente, acrescido, em ambos os casos, de encargos moratórios de 5% (cinco) por cento ao mês e de multa moratória no valor correspondente a 10% (dez por cento); e/ou (ii) requer à **DERSA** a alteração da composição deste **CONSÓRCIO**.

As partes conferem ao presente Termo de Constituição de Consórcio ampla força de título executivo, especialmente, mas não se limitando, para cobrança das obrigações de fazer e penalidades disciplinadas em seus termos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - INALTERABILIDADE DA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO:

Declaram as **CONSORCIADAS** que somente alterarão a composição, ou a participação percentual, deste **CONSÓRCIO**, na hipótese de pedido de falência ou recuperação judicial, bem como no caso de descumprimento por qualquer uma das **CONSORCIADAS** das obrigações previstas neste termo, e seus aditamentos, mediante a prévia e expressa anuência da **DERSA** exceto quando as empresas consorciadas decidirem fundir-se em uma só que as suceda para todos os efeitos legais.

Ocorrendo a hipótese prevista acima, ou ainda no caso de se verificar que qualquer uma das **CONSORCIADAS** não mais reúne as condições estabelecidas no Edital da Concorrência nº 020/2012 para o cumprimento dos requisitos de habilitação ao certamente, a **CONSORCIADA** que mantiver as suas condições de habilitação poderá, a seu exclusivo critério, apresentar à **DERSA** proposta de reformulação da constituição do **CONSÓRCIO**, sendo possível a exclusão da **CONSORCIADA** que não mais atenda aos requisitos de habilitação para a prestação dos serviços objeto do Contrato.

Caso a **DERSA** aceite a proposta de recomposição do **CONSÓRCIO** a **CONSORCIADA** que perdeu as condições de habilitação ficará obrigada a acatar esta decisão e assinar os documentos necessários para a alteração do **CONSÓRCIO**.

#### CLÁUSULA OITAVA - INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO:

As **CONSORCIADAS** comprometem-se a providenciar o arquivamento do presente Termo de Constituição de Consórcio no órgão competente nos termos legais.



O **CONSÓRCIO** será regido pelos Artigos 276 e 279 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e atenderá às disposições da Instrução Normativa RFB nº. 1.199, de 14/10/2011, e suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA NONA - LIDERANÇA E REPRESENTAÇÃO DO CONSÓRCIO:

A Empresa Líder do **CONSÓRCIO** é a **CONCREMAT**, que será a representante principal, perante a **DERSA**, pelos atos praticados pelo **CONSÓRCIO**, sem prejuízo da responsabilidade solidária das consorciadas, estabelecida na **CLÁUSULA QUINTA** deste Termo.

As empresas signatárias outorgam à Empresa Líder do **CONSÓRCIO** os poderes abaixo:

- a) Representar o **CONSÓRCIO** perante a **DERSA** na execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, podendo transigir, transferir, requerer, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar esclarecimentos técnicos, financeiros e administrativos, realizar medições, acompanhar processos de pagamento, enfim praticar todos os atos necessários para essa representação, desde que em comum acordo entre as signatárias;
- b) Representar o **CONSÓRCIO** perante qualquer Juízo, Foro ou Instância, para o fim único e especial de defender os interesses deste referentes ao **CONTRATO**, podendo propor ações, embargos, defesas e recursos, impugnar, receber citações, intimações e notificações, transigir, substabelecer, outorgar procurações "ad judícia", e praticar todos os atos necessários para o exercício de tal representação, desde que em comum acordo entre as signatárias.

A **CONCREMAT**, como Empresa Líder, indica como Representantes Legais do **CONSÓRCIO** a Sra. **Roberta Maria Costa** RG: M-7.721.782/SSP/MG, CPF: 000.546.726-86 CREA: 2603408291, e/ou o Sr. **Carlos Henrique Costa Jardim**, portador da Carteira de Identidade RG nº 15129298-X SSP/SP, CREA nº MG 049024 e CPF/MF nº 082.837.548-82 e/ou o Sr. **Ariovaldo dos Santos**, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.007.658 SSP/SP, CREA nº 47.276/D e CPF/MF nº 855.986.748-15, agindo em conjunto ou separadamente, conferindo-lhes poderes para representar o **CONSÓRCIO** em Juízo ou fora dele.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - ASSINATURA DO CONTRATO:

As **CONSORCIADAS** obrigam-se expressamente a assinar o **CONTRATO**, solidariamente como responsáveis por todas as obrigações do **CONSÓRCIO**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO:

O **CONSÓRCIO** será administrado por um Conselho, presidido pelo conselheiro indicado pela Empresa Líder e composto por 2 (dois) conselheiros, cabendo a cada consorciada a indicação de um membro efetivo e um suplente.

Em todas as deliberações, buscar-se-á o consenso entre as partes.





Nenhuma PARTE poderá, isoladamente, negociar condições, tanto para si ou como para a outra PARTE ou em nome do **CONSÓRCIO** com a **DERSA**, sem a anuência prévia e formal do Conselho Diretor, sendo referidas negociações conduzidas pelo Presidente do Conselho Diretor.

Para cada reunião do Conselho será lavrada uma Ata da qual constarão assuntos abordados e as decisões tomadas.

São, neste ato, eleitos seguintes Conselheiros e Suplentes para o Conselho Diretor do Consórcio:

#### **CONCREMAT**

Conselheiro: Carlos Henrique Costa Jardim

Suplente: Roberta Maria Costa

#### **PLANSERVI**

Conselheiro: Edison dos Santos

Suplente: Adriana Adjuto



#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SEDE E FORO:**

O **CONSÓRCIO** terá sua sede na cidade de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 13771, Bloco I, 4º andar, Chácara Itaim, CEP 04794-000.

As **CONSORCIADAS** elegem o Foro da Comarca da Cidade do São Paulo, como o único competente para dirimir eventuais questões ou litígios decorrentes deste instrumento e de sua execução, que não possam ser resolvidas amigavelmente.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 08 de maio de 2013.

   
Eng.<sup>a</sup> Roberta Maria Costa  
Diretora  
CREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.  
CREA N.º 060877808  
Eng.<sup>o</sup> Paulo R. Belisário  
CREA N.º 060189468  
TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
777 AUGUSTO ALDAIR BOTELHO FERREIRA  
AV. SÃO LUIS Nº 58 - AUTENTICO A PRESENTE  
CÓPIA REPROGRÁFICA EXTRAÍDA PIPANTE  
CONFORME ORIGINAL APRESENTADO. DOU FE.  
S. Paulo, 07 JUN. 2013  
R\$ 2,50  
1 AUT.  
TIAGO ROMANO CANOVAS CORTEZ  
(ESCR. AUTORIZADO)  
LEI 9938/94  
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA  
VALDO SEMENTE  
AUTENTICAÇÃO  
1040CB145185

Testemunha 1:

Nome: Juliana Franco

CPF: 032.653.248-55

Testemunha 2:

Nome: Vanessa Regina Silva

CPF: 344.953.618-48



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>18.207.844/0001-73</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>29/05/2013</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CONSORCIO SUPERVISOR CP</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>71.12-0-00 - Serviços de engenharia</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>215-1 - CONSORCIO DE SOCIEDADES</b>			
LOGRADOURO <b>AV DAS NACOES UNIDAS</b>	NÚMERO <b>13771</b>	COMPLEMENTO <b>BLOCO 1 ANDAR 4</b>	
CEP <b>04.794-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CHACARA ITAIM</b>	MUNICÍPIO <b>SAO PAULO</b>	UF <b>SP</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>29/05/2013</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **05/06/2013** às **15:26:07** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

**Belo Horizonte, 16 de Maio de 2013****AO  
DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO SA****Ref.: CARTA DE FIANÇA Nº.: 923044 - R\$259.463,21**

Pela presente, o **BANCO POTTENCIAL S.A.**, inscrito no CNPJ sob o nº.: 00.253.448/0001-17 com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena, 4100 - 12º andar, por seus representantes legais, declara que, responsabiliza-se como **FIADOR** da empresa **CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A - MATRIZ**, CNPJ nº. 33.146.648/0001-20, com sede em RIO DE JANEIRO/RJ, à RUA EUCLIDES DA CUNHA, Nº 106, até o limite de **R\$259.463,21 (duzentos e cinqüenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e um centavos)**, destinado à garantia de execução do Contrato nº 4411, apoio a fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras de implantação dos contornos Norte e Sul de Caragatatuba e São Sebastião.

A presente fiança é concedida de forma proporcional ao seu prazo e válida por **1183 (um mil, cento e oitenta e três) dias** contados a partir de 08/05/2013, vencendo-se no dia **03/08/2016**, ficando certo que V.sas. deverão no prazo de 03 (três) dias após o vencimento de qualquer obrigação não cumprida e até o prazo de validade acima fixado, exigir do **BANCO POTTENCIAL S.A.**, por meio de comunicação escrita, caso o afiançado não cumpra suas obrigações, a prestação que lhe caiba efetivar no âmbito e por efeito da presente **FIANÇA**, de modo que, se assim não ocorrer, ficará o **FIADOR** desonerado da obrigação assumida por força deste documento.

O **FIADOR**, recebendo a comunicação para honrar a fiança, com a documentação comprobatória da inadimplência do afiançado, efetuará o pagamento do valor devido dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas seguintes à excussão dos bens do afiançado.

**BANCO POTTENCIAL S.A.**

**Dayson Neri Lopes**  
Procurador



**Jorge Luis Piazza**  
Procurador



Documento assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art. 2º

**Art 1º** - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras



**Belo Horizonte, 08 de Maio de 2013****AO****DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S/A****Ref.: CARTA DE FIANÇA Nº.: 922201 - R\$258.427,43**

Pela presente, o **BANCO POTTENCIAL S.A.**, inscrito no CNPJ sob o nº.: 00.253.448/0001-17 com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena, 4100 - 12º. andar, por seus representantes legais, declara que, responsabiliza-se como **FIADOR** da empresa **PLANSERVI ENGENHARIA LTDA - MATRIZ**, CNPJ nº. 65.525.404/0001-44, com sede em SÃO PAULO/SP, à AV. PROF. ASCENDINO REIS, Nº 725/745, até o limite de **R\$258.427,43 (duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos)**, destinado à garantia de execução do Contrato nº 4411, prestação de serviços técnicos de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras de implantação dos Contornos Norte e Sul de Caraguatatuba e São Sebastião - Empreendimento Nova Tamoios - Lote 3.

A presente fiança é concedida de forma proporcional ao seu prazo e válida por **1170 (um mil, cento e setenta)** dias contados a partir desta data, vencendo-se no dia **21/07/2016**, ficando certo que V.sas. deverão no prazo de 03 (três) dias após o vencimento de qualquer obrigação não cumprida e até o prazo de validade acima fixado, exigir do **BANCO POTTENCIAL S.A.**, por meio de comunicação escrita, caso o afiançado não cumpra suas obrigações, a prestação que lhe caiba efetivar no âmbito e por efeito da presente **FIANÇA**, de modo que, se assim não ocorrer, ficará o **FIADOR** desonerado da obrigação assumida por força deste documento.

O **FIADOR**, recebendo a comunicação para honrar a fiança, com a documentação comprobatória da inadimplência do afiançado, efetuará o pagamento do valor devido dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas seguintes à excussão dos bens do afiançado.

**BANCO POTTENCIAL S.A.**

Jorge Luis Piazza  
Procurador

Assinatura digitalizada por meio de software certificado em 02/05/2013



Elias Mendes Abecassis  
Departamento de Crédito  
Certificado Digital emitido pela Secretaria de Identificação e Registro



Documento assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art. 2º

**Art 1º** - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

sábado, 15 de junho de 2013 **Diário Oficial** Empresarial São Paulo, 123 (111) – 29



---

**DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A.**

CNPJ 62.464.904/0001-25

**EXTRATO DE CONTRATO**

CC 020/12; Proc. 54.677/13; Ctt. 4411/13, Consórcio Supervisor CP; Prestação de serviços técnicos de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras de implantação dos Contornos Norte e Sul de Caragatatuba e São Sebastião - Empreendimento Nova Tamoios - Lote 3 - Contorno Sul - da estaca 207+15,00 a estaca 478+0,00; R\$ 10.357.812,70; 38 meses; Ass. 13/06/13.

